

Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia de Volta Redonda

1. Apresentação:

A partir do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal Fluminense e das Diretrizes Curriculares Nacionais, a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharel em Psicologia da Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHSVR) do Pólo Universitário de Volta Redonda (PUVR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), tem como características fundamentais: a construção coletiva de suas ações pedagógicas, bem como a negociação constante com a comunidade acadêmica e a flexibilidade em sua concepção.

O colegiado da ECHSVR, após aprovação da criação do Curso de Bacharel em Psicologia, nomeou uma comissão, constituída por três professores pertencentes ao seu quadro permanente que se reuniram regularmente. Em suas reuniões foram discutidas as diretrizes do Conselho Nacional de Educação tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento nos Pareceres CNE/CES 1.314, de 7 de novembro de 2001, retificado pelo CNE/CES 72, de 19 de fevereiro de 2002, em adendo ao CNE/CES 62, de 19, de fevereiro de 2004, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 12 de abril de 2004 e instituídas através da Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004.

Seguindo tais orientações, buscou-se respeitar o princípio da liberdade acadêmica, criando condições para a construção de um curso socialmente referenciado e reconhecido no cenário acadêmico nacional e internacional. Neste sentido, a elaboração do projeto objetivou proporcionar o desenvolvimento de atividades educacionais num sentido amplo, contribuindo para a formação de um Bacharel em Psicologia imbuído de valores éticos, que com competência técnica, atue no seu contexto social.

Por ser tratar de uma universidade pública e gratuita, aberta aos mais amplos setores sociais, sempre pautada pelos valores democráticos e acadêmicos e alicerçada na produção crítica do conhecimento, considerou-se fundamental que, no Projeto do Curso de Bacharel em Psicologia, se contemplasse a compreensão das grandes questões do mundo contemporâneo, no âmbito das relações econômicas, políticas, sociais e culturais. Entende-se que, desta forma, contribuir-se-á para que a UFF, como um todo, possa oferecer respostas, críticas e proposições aos desafios socialmente presentes, de acordo com a sua realidade.

O curso em tela se enquadra num projeto maior de expansão universitária na Região do Médio Vale do Paraíba, que teve início com a criação do Pólo Universitário de Volta Redonda, como forma de contribuir diretamente no processo de desenvolvimento regional por meio da ampliação da oferta de formação universitária em várias áreas,

bem como no desenvolvimento científico-tecnológico e na intervenção social via projetos de extensão universitária. Nessa perspectiva e respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais, o curso ora proposto adota como ênfases:

a) **Psicologia e Processos de Gestão;**

b) **Psicologia e Processos de Prevenção e Promoção da Saúde.**

Por fim, é importante ressaltar que o Curso de Bacharel em Psicologia da ECHSVR foi concebido em diálogo e parceria com o Departamento de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Neste sentido reafirma, à semelhança do curso de Niterói, em sua Estrutura Curricular, o desenvolvimento de implicações políticas do curso de psicologia e do compromisso com a realidade social, a partir de uma formação pluralista fundamentada na discussão epistemológica, ética, científica, crítica e investigativa. Buscará, também, priorizar uma formação que seja, ao mesmo tempo: básica, pluralista, sólida, interdisciplinar, científica, crítica e reflexiva, bem como, que garanta a efetiva integração teoria-prática, o compromisso com o atendimento das demandas sociais, o compromisso ético e o rompimento com o modelo de atuação mercantilista.

2. Histórico e Justificativa

A Universidade Federal Fluminense (UFF), criada pela Lei nº 3848, de 18/12/1960, possui atualmente cerca de 25.200 alunos em cursos de graduação (presencial e a distância), 3.445 em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), 4.064 servidores técnico-administrativos e 2.287 professores, sendo 54,7% doutores e 30% mestres. A UFF está sediada em Niterói, mas possui unidades e atividades acadêmicas no interior do Estado do Rio de Janeiro – Angra dos Reis, Arraial do Cabo, Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Cachoeira de Macacu, Campos dos Goytacazes, Iguaba, Itaperuna, Macaé, Miracema, Nova Friburgo, Quissamã, Rio das Ostras, Santo Antonio de Pádua e Volta Redonda – e ainda ações no Estado do Pará, em Oriximiná.

Em Volta Redonda, a unidade mais antiga da UFF, a Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta Redonda (EEIMVR), foi criada pelo Decreto Presidencial nº 6244, de 15/03/68. Iniciou sua atuação oferecendo o curso de graduação em Engenharia Metalúrgica e atualmente abriga mais três modalidades de engenharia: Produção, Mecânica e Agronegócios, além da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em Engenharia Metalúrgica.

Convidada a participar do programa de ampliação do espaço público de formação superior na Região do Médio Vale do Paraíba, política pública do governo federal de promoção do desenvolvimento regional, a UFF, foi signatária em um Protocolo de Intenções objetivando a formação de um grupo executivo para estruturação de um pólo universitário na região, assinado em Volta Redonda, em 05 de novembro de 2003.

A proposta de um consórcio de universidades para oferecimento de novas vagas no ensino superior na Região do Médio Vale do Paraíba estava assentada na idéia de um modelo regional de ensino comprometido com alguns aspectos específicos:

- Foco nas questões regionais e no desenvolvimento científico, tecnológico e social associados às mesmas;
- Desenvolvimento de projetos pedagógicos adequados à demanda regional, buscando estabelecer programas específicos, trajetos flexíveis, opções de turnos, entre outros aspectos;
- Estreita parceria com os representantes da comunidade, estudantes, profissionais liberais, representações políticas e comunitárias, entre outros, na definição dos cursos;
- Definição de responsabilidades entre os poderes públicos na implantação e manutenção da infra-estrutura física e de recursos humanos.

Para subsidiar o projeto de criação do Pólo Universitário, foi executado pela UFF, com apoio do MEC, um estudo diagnóstico com o propósito de apresentar uma caracterização socioeconômica da região, bem como levantar as demandas por formação universitária.

O trabalho do grupo executivo culminou na criação do Pólo Universitário de Volta Redonda (PUVR), em 19/05/2004, tendo como parceiros o MEC, o Município de Volta Redonda, a UFF e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -UFRRJ.

Na definição estrutural originária do PUVR, este seria composto de duas Unidades Acadêmicas: Unidade de Engenharia e Ciências Básicas – ECB e Unidade de Humanidades, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas - HCS. Hoje, além da EEIMVR, a Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda que passou a Instituto, denominando-se assim Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (ICHSVR), está devidamente formalizada, agregando os cursos de Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis, Psicologia e Direito. Há também no Pólo, uma terceira unidade de ensino, o Instituto de Ciências Exatas (ICEX), que congrega os cursos de Matemática, Física e Química com início no segundo semestre de 2010.

2.1 Sobre o diagnóstico da Região do Médio Vale do Paraíba

Em suas premissas, o diagnóstico destaca que para se obter resultados com a implantação de pólos educacionais, estes devem ser gestados após definição das condições educacionais, socioeconômicas e de infra-estrutura da região selecionada. Esta definição deve ter a participação da sociedade, numa postura cooperativa e de integração. Assim, para que a inserção da Universidade no projeto de desenvolvimento

regional aconteça de forma coerente e responsável, é preciso corresponder à realidade existente, dividindo com as organizações locais a construção do espaço universitário, baseado no saber da Academia, mas também na cultura da comunidade, nas suas práticas, e na ciência e tecnologia ali já produzidas.

Assim, foi feito um estudo de demanda com o propósito de se conhecer toda a abrangência de solicitações educacionais da região do Médio Vale do Paraíba, de forma a subsidiar as decisões do Grupo Executivo para Estruturação do Pólo Universitário do Médio Vale do Paraíba. Deve ficar claro que a proposta não era condicionar as ações do Grupo Executivo ao atendimento das demandas detectadas no estudo, mas sim que tais necessidades fossem consideradas nas proposições de estratégias e ações capazes de contribuir efetivamente para o desenvolvimento regional.

O estudo levou em consideração espaços de interlocução variados, considerando as expectativas, demandas, experiências e vivências de segmentos, como poderes públicos, universidades, associações comerciais, industriais, profissionais e comunitárias, interessados no desenvolvimento da região, delineando alternativas de colaboração ao projeto de educação superior pública em construção.

2.2.1 Caracterização da Região do Médio Vale do Paraíba

Características Demográficas

Para a construção de um perfil socioeconômico da Região do Médio Vale do Paraíba, elaborou-se uma pesquisa documental básica com vistas ao mapeamento econômico e social do quadro regional - a partir de informações geradas por Instituições de Pesquisa e órgãos públicos (IBGE, CIDE, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Secretarias Estaduais de Educação e de Saúde). O objetivo foi o de criar um diagnóstico preliminar que subsidiasse o reconhecimento de potencialidades e vulnerabilidades presentes no território regional, como linha de base para as estratégias, ações e metas na criação do Pólo Universitário de Volta Redonda.

A Região do Médio Paraíba Fluminense está situada na porção meridional do Estado do Rio de Janeiro, e compreende doze unidades administrativas municipais, a saber: Barra Mansa, Barra do Piraí, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda. Ela é composta pelas microrregiões de Barra do Piraí e do Médio Paraíba, e faz limite com o Estado de São Paulo, Minas Gerais e as regiões da Costa Verde e Centro Sul Fluminense. Situada de forma estratégica entre as duas maiores regiões metropolitanas do país - Rio de Janeiro e São Paulo - a região concentra um grande potencial econômico e de desenvolvimento regional, em especial nas atividades industriais e de serviços.

É preciso sublinhar, ainda, a posição de centralidade de Volta Redonda no quadro regional, o que garante à instalação do Pólo Universitário condições físicas de acessibilidade intra-regional relevante.

O Médio Paraíba Fluminense ocupa uma área de 6.203,5 km² equivalentes a 14,1% do território estadual, onde vivem 785.192 habitantes (IBGE, 2.000), que corresponde a 5,46% da população fluminense. É a região mais populosa do interior do Estado do Rio de Janeiro, com 22,3% da população do interior, considerando-se, evidentemente, a histórica concentração na região metropolitana do Rio de Janeiro, que responde por 74,42% da população estadual.

O Médio Paraíba é região mais densamente povoada (126,6 hab/km²) e com a maior taxa de urbanização do interior fluminense, 93,0% de sua população reside em áreas urbanas. Tal realidade vem pautando a ampliação da oferta de serviços públicos para a sociedade regional, dentre os quais, o que é objeto maior do presente trabalho: a educação inicial e continuada no âmbito da formação universitária.

Cabe observar, ainda, que desde 1940, época da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, a maior da América Latina, o Médio Paraíba mantém uma taxa de crescimento demográfico acima das médias estadual e metropolitana, tendo registrado uma taxa de 1,38% a.a. em 2.000.

A região constitui-se em uma área de atração demográfica devido ao:

- Processo de industrialização antigo e recente de alguns municípios (Volta Redonda, Barra Mansa, Resende, Itatiaia, Barra do Pirai, Pirai, Porto Real e Valença);
- Crescimento do comércio e da prestação de serviços (em todos os municípios exceto Pinheiral, Quatis, Rio das Flores e Rio Claro); e
- Desenvolvimento de atividades de turismo-veraneio (Resende e Itatiaia).

Apesar do aumento relativo da participação de municípios de pequeno porte na distribuição da população regional, em particular daqueles onde se verifica a localização geográfica de vários investimentos no setor industrial e de serviços na última década, como Itatiaia, Pinheiral, Porto Real, determinados municípios de pequeno porte, como Rio Claro e Rio das Flores, se mantiveram quase sem alterações em função da não renovação de sua estrutura socioeconômica.

A urbanização do território na região em tela resulta de um complexo processo de realização de atividades industriais, comerciais e de serviços, regidos pela densidade da divisão social e técnica do trabalho vigente. A distribuição concentrada da população é semente e fruto desse mesmo processo.

Atualmente, a localização de empresas industriais, comerciais e de serviços conjugada à ampliação da área de atuação territorial de instituições e serviços administrativos, técnicos e sociais (saúde, educação, assistência social, cultura, entre outros) por parte dos governos municipal, estadual e federal, contribuiu para constituir um território complexo com rica diversidade de formas e funções urbanas.

A caracterização socioeconômica regional, colocando em destaque o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios da Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense é reveladora de uma realidade que pode orientar as definições de políticas públicas. Nota-se de imediato uma profunda desigualdade na região. Enquanto Volta Redonda, Resende, Barra Mansa e Itatiaia apresentam posições de destaque no cenário estadual, como municípios de elevados Índices de Desenvolvimento Humano, os municípios de Rio Claro, Rio das Flores e Porto Real, estão muito distantes em termos de posição no quadro do desenvolvimento humano. Tal situação pode ser explicada através da análise das condições socioeconômicas do desenvolvimento regional desigual ali observado.

Volta Redonda, Resende e Barra Mansa são pólos produtivos e de emprego onde o valor da terra urbana funciona como fator de exclusão para os mais pobres, que vão morar em áreas periféricas às áreas de emprego, notadamente em municípios vizinhos.

Itatiaia constitui um caso a parte, pois além de concentrar duas empresas de grande porte, abriga um parque nacional, o que retém a expansão urbana no município.

Porto Real, Pirai e Barra do Pirai também são pólos produtivos e de emprego, porém nestes municípios, assim como em Pinheiral e em Quatis, o custo de moradia é mais baixo, em função do preço da terra urbana ser mais acessível. Assim, tais localidades servem como *ciudades-dormitório* para os pólos produtivos, em função da facilidade de transporte e da proximidade geográfica entre os diversos aglomerados urbanos da região.

Tais fatores contribuem em parte para explicar o posicionamento destes municípios no contexto estadual e regional no IDH.

Uma breve análise do processo histórico recente é suficiente para compreender que a elevação da qualidade de vida na região depende de um desenvolvimento socioeconômico integrado, possibilitando uma maior equidade social no contexto local e regional. Observa-se que os principais problemas dos municípios de menor IDH estão localizados na educação (frequência escolar e alfabetização de jovens e adultos). Outrossim, o índice de renda baixo também pode ser vinculado à educação, sobretudo nos dias de hoje, quando o conhecimento é um valor fundamental ao exercício do trabalho, tornando-se, portanto, um fator primordial para elevação da renda e da qualidade de vida.

Assim, é possível afirmar, que um dos meios mais importantes para superação das desigualdades sócio-territoriais presentes no Médio Vale do Paraíba Fluminense será a ampliação qualitativa da educação inicial e continuada, tarefa esta que a Instituição Pública de Ensino Superior deve e pode oferecer, sobretudo ao combinar *a educação humanística à formação profissional*.

Características Econômicas

No Médio Paraíba Fluminense podemos encontrar uma gama diversificada de atividades e ocupações nos vários setores das atividades econômicas (indústria, turismo, comércio e pecuária leiteira), que a caracterizam como:

1. A região mais industrializada do interior fluminense, responsável por 6,11 % do PIB estadual e 36,61% do PIB do interior fluminense;
1. A região responsável pela maior parte da produção leiteira do estado; e
2. Uma das regiões do interior com maior infra-estrutura hoteleira e de turismo.

Sua população concentrada numa pequena base territorial expressa uma vantagem de um mercado consumidor equivalente ao das grandes cidades, vantagem ampliada pelo PIB *per capita* de R\$ 14.257,00 (CIDE, 2002), o maior do estado e um dos maiores do país e da região Sudeste.

Neste contexto destaca a importância para a economia fluminense dos municípios de Volta Redonda, Resende, Porto Real e Barra Mansa, que respondiam, em 2002, por 21,34% do Valor de Transformação Industrial do Estado e 4,77% do PIB estadual, superados no contexto estadual apenas pelos municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias no referente ao valor de transformação industrial.

Apesar de contar com uma reduzida parcela da população fluminense (5,46%), verificou-se que no Médio Paraíba encontram-se os municípios com os maiores PIB *per capita* do estado. Merecem destaque, por ordem de grandeza:

- Os municípios de Volta Redonda, Resende e Barra Mansa pelo volume de seu PIB, que juntos respondiam, em 2002, por 4,03 % do PIB estadual e por 70% do PIB da Região do Médio Paraíba.
- Os municípios de Porto Real, Itatiaia e Piraí, cujos elevados valores do PIB *per capita* são atribuídos ao fato de os dois primeiros possuírem indústrias de grande porte e apresentarem um pequeno quantitativo populacional. Em Porto Real estão localizadas as fábricas da Galvasud, Guardian do Brasil e Peugeot-Citröen com suas respectivas empresas de suporte. Em Itatiaia encontram-se a Michelin e a Xerox do Brasil.
- Os municípios de Porto Real, Itatiaia, Piraí, Resende e Volta Redonda destacam-se por apresentarem uma renda *per capita* muito acima do índice estadual. No caso dos

dois últimos municípios a renda *per capita* elevada se deve ao próprio montante de seu produto interno bruto. Em Volta Redonda encontra-se a Companhia Siderúrgica Nacional, e em Resende temos a Volkswagen e parceiras, a Basf, a Carbox Química, o Instituto Biochimico e outras mais.

No âmbito dos municípios do Médio Paraíba Fluminense, as unidades administrativas que apresentaram melhor rendimento médio mensal do pessoal ocupado com carteira assinada foram aqueles onde há intensa atividade industrial. Destacam-se, neste sentido, os municípios de Porto Real e Itatiaia, de pequeno porte (com menos de 30.000 habitantes), que em 2.001 registraram um rendimento médio mensal do pessoal ocupado, com carteira assinada, da ordem de 5,50 e 4,17 salários mínimos, respectivamente, acima da média regional (MTE, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2001).

Na esfera dos municípios de médio porte (com mais de 30.000 habitantes) destacaram-se no período, por ordem de grandeza, Volta Redonda, que concentra o maior número de trabalhadores industriais da região, Resende, Pirai e Barra Mansa.

Nos municípios de Resende, Itatiaia e Porto Real se concentram as indústrias de última geração tecnológica da região, demonstrando o dinamismo assumido no concerto da divisão técnica e territorial do trabalho em nosso estado. A importância da presença dessas indústrias pode ser identificada no rendimento médio elevado junto aos municípios com atividades de cunho mais tradicional (Volta Redonda, Barra Mansa e Pirai) diante das demais atividades realizadas na região.

A região do Médio Paraíba é a que apresenta a maior diversidade e volume de investimentos industriais do interior fluminense, com atividades, principalmente, no âmbito da indústria de transformação, nos setores de metalurgia, material de transporte, química/farmacêutica, mecânica e produtos alimentares.

O turismo é a atividade econômica que, após a indústria, merece destaque, pois a região abriga um dos primeiros Parques Nacionais do Brasil - o Parque Nacional do Itatiaia - na encosta da Serra da Mantiqueira, na divisa entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, no município de Itatiaia - além das destacadas localidades de Penedo e Mauá.

Até a ampliação da difusão do turismo na Costa Verde e nas Baixadas Litorâneas, no final dos anos oitenta do século passado, o Médio Paraíba possuía a maior infraestrutura hoteleira e turística do estado do Rio de Janeiro, depois da região metropolitana. Mantém-se, todavia, na Região do Médio Vale do Paraíba expressiva infraestrutura para a hospedagem em determinadas acomodações específicas, como chalés, suítes e quartos (IBGE, 2001).

No que concerne à região do Médio Paraíba, os municípios com maior número de estabelecimentos de hospedagem são os de Itatiaia e Resende seguidos pelo município de Valença. O destaque regional é, sem dúvida, a forte concentração de estabelecimentos hoteleiros em Itatiaia, evidentemente devido à localização do Parque Nacional. Resende com 13% e Barra Mansa com 12% dos estabelecimentos hoteleiros, também merecem destaque.

A atividade turística é a *indústria de serviços* com maior taxa de crescimento em todo o mundo. Os empreendimentos turísticos no Estado do Rio de Janeiro têm registrado um crescimento, porém sem a vitalidade e a longevidade necessária para a consolidação perene das atividades. Apesar de todos os atrativos naturais e culturais que o estado do Rio de Janeiro possui, ainda permanece a exigência de maior eficiência em termos de gestão, formação profissional e infra-estrutura de serviços, para que atividade turística seja fortalecida e realize suas potencialidades econômicas, culturais e sociais.

As possibilidades de geração de trabalho e renda na atividade turística e hoteleira oferecem um cenário positivo na Região do Médio Vale do Paraíba, sobretudo quando organizadas através de parcerias entre os poderes públicos (federal, estadual e municipal), as empresas e a sociedade civil. É importante, portanto, constituir formas de organização e fortalecimento da atividade turística no plano do desenvolvimento regional integrado. Trata-se, em linhas gerais, da possibilidade de criação de consórcios que tracem ações estratégicas no âmbito da qualificação profissional, de planejamento e gestão da atividade e melhoria da infra-estrutura de serviços para criar condições de geração de trabalho e renda na atividade turística regional.

A maior parte das pessoas ocupadas com carteira assinada no Médio Paraíba, em 2.001 (MTE, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS), encontrava-se no setor de serviços, seguido pela indústria de transformação e comércio, em uma distribuição similar à da região serrana e distinta da distribuição estadual e da região metropolitana onde parte significativa do pessoal ocupado com carteira assinada encontrava-se no setor de serviços, seguido pela administração pública e comércio.

Pode-se observar que Volta Redonda, Barra Mansa e Resende concentravam, em 2.001, 71,33% do pessoal ocupado com carteira assinada da região. Cabe destacar ainda, na região, três padrões distintos de inserção espacial da maior parte do pessoal ocupado nos municípios de:

- Volta Redonda e Resende, municípios dinâmicos economicamente e de porte médio, o pessoal ocupado reside especialmente no setor de serviços, seguido pela ocupação na indústria de transformação e no comércio;
- Porto Real e Itatiaia, municípios de pequeno porte e vocação industrial, o pessoal ocupado é maior no setor de indústria de transformação, seguida por serviços e administração pública;

- Pinheiral, Piraí, Rio Claro, Rio das Flores e Valença, é bastante destacada a participação na administração pública, seguida pelo setor de serviços e pelas atividades no âmbito do comércio – exceto em Piraí e Rio das Flores, onde à administração pública seguem-se, respectivamente a indústria de transformação e as atividades do setor agropecuário;
- Barra do Piraí, Barra Mansa, Quatis, o pessoal ocupado é mais expressivo no setor de serviços e no comércio em geral, seguido pela ocupação na indústria de transformação (exceto em Quatis).

Uma parcela significativa das pessoas ocupadas com carteira assinada no estado do Rio de Janeiro possuía um grau razoável de escolaridade, com uma média estadual de 45% destas pessoas com o ensino médio completo, se considerarmos neste cômputo os que possuíam ensino superior. No Médio Paraíba este percentual (38%) era um pouco inferior ao de outras regiões, como a Metropolitana (47%), Noroeste (41%) e Norte Fluminense (40%). Por outro lado, a região do Médio Paraíba apresenta o maior percentual de pessoas ocupadas com carteira assinada do interior fluminense (12,64%), embora não se destaque em termos de escolaridade de sua população. Esse fato reforça a importância das demandas da educação superior de qualidade na região, tanto por parte das empresas como da das instituições governamentais.

2.2.2 Indicações do diagnóstico da demanda regional por formação universitária

Para a identificação das principais necessidades e expectativas regionais de formação universitária inicial e continuada, foram consultados atores sociais que pudessem representar, a partir das especificidades do seu capital cultural e de suas redes sociais de pertencimento, uma síntese das demandas regionais. Foram selecionados, então, os seguintes atores: dirigentes públicos (secretarias municipais de administração, de saúde e educação); empresários; dirigentes sindicais; lideranças populares; representantes de associações profissionais; professores de ensino médio; estudantes de ensino médio e de pré-vestibulares populares.

Para cumprir o objetivo delimitado para este item do estudo, foram elaborados e aplicados instrumentos específicos – questionários e entrevistas - de coleta de informações. As informações obtidas foram sistematizadas, tabuladas e armazenadas em um Banco de Dados e, posteriormente, tratadas e analisadas.

As áreas indicadas como de maior prioridade para investimentos em formação universitária para a administração municipal são: Saúde e Educação, Pesquisa, Cultura, Esportes e Turismo. Nestes casos, as profissões citadas como prioridades de formação são as de médico e enfermeiro para a primeira, e profissional de turismo e pedagogo para a segunda. As profissões de assistente social e de analista de sistemas também são indicadas quando se amplia o leque de opções por áreas, neste caso abrangendo, sobretudo a área de Relações Humanas e Administração.

Oito Secretarias Municipais de Saúde participaram da pesquisa. Considerando-se as necessidades de profissionais da área de saúde com formação de nível superior, a partir da identificação de cada município, verifica-se a prioridade destacada para os médicos, seguida por profissionais de enfermagem, num primeiro grupamento. Um segundo bloco de profissionais, englobaria fisioterapeutas, farmacêuticos e nutricionistas. Dentistas e **psicólogos** assumiriam um terceiro bloco de profissionais indicados como prioritários na composição dos quadros municipais.

De acordo com as repostas das setes Secretarias Municipais de Educação entrevistadas, a oferta de formação de nível superior é insuficiente para a região. Na área de Relações Humanas e Administração é evidente, conforme é demonstrado no quadro 1, a indicação do profissional habilitado em Serviço Social como a primeira prioridade para os Secretários de Educação. No entanto, podemos observar pelo quadro 1, que a formação de **psicólogo** também aparece repetidamente nas menções dos Secretários de Educação.

Quadro 1 – Médio Paraíba - Nível de prioridade de carreira para área de Relações Humanas e Administração - Secretarias de Educação – municípios selecionados - 2.004

Municípios	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
Barra do Pirai	Assist. Social	Psicólogo	Arquivista	Bibliotecário	Cient. Social
Barra Mansa	Assist. Social	Cient. Social	Arquivista	Bibliotecário	Psicólogo
Itatiaia	Assist. Social	Anal. de Sistemas	-	-	-
Pinheiral	Assist. Social	Anal. de Sistemas	Cient. Social	Psicólogo	Bibliotecário
Pirai	Anal. de Sistemas	Psicólogo	Assist. Social	Bibliotecário	-
Porto Real	Gestão Pública	Anal. de Sistemas	Assist. Social	Cient. Social	Administrador
Resende	Bibliotecário	-	-	-	-
Volta Redonda	Psicólogo	Assist. Social	-	-	-

Fonte: Diagnose de Demanda Social do Médio Vale do Paraíba - 2.004 UFF/PROEX.

Com relação à classe empresarial, as informações apresentadas resultaram da pesquisa realizada em empresas da Região do Médio Vale do Paraíba, envolvendo os setores de metalurgia, química, eletrônica, recursos humanos, turismo e hotelaria. Quanto à presença de profissionais de nível superior, à área de administração é a que apresenta maior proporção de empregados com nível de escolaridade superior, com formação predominante nas áreas de engenharia e de administração. Contabilidade, medicina e economia também aparecem, secundariamente, como profissionais de nível superior nas empresas entrevistadas. Na opinião dos dirigentes, as áreas necessitadas de formação de nível superior se dão na seguinte ordem de prioridades: Engenharias (10), Relações Humanas e Administração (10), Pesquisa e Desenvolvimento (6), Educação, Cultura, Esportes e Lazer (3) e a área de Saúde (3). Dentre as profissões mais assinaladas destacam-se Industrial, Metalúrgica, Mecânica, Produção, Eletrônica e Elétrica para área de Engenharias; Administração de Empresas, Análise de Sistemas e **Psicologia** para a área de Relações Humanas e Administração.

Para as lideranças comunitárias, os cursos de graduação são considerados prioridade, devido à carência de mão de obra especializada detectadas nas áreas de saúde, educação e técnica-industrial. Os motivos que dificultam a formação de nível superior, para os moradores das comunidades analisadas, estão relacionados ao fato do jovem ter de trabalhar para auxiliar a família e aos custos de manutenção do aluno no ensino superior, situação agravada pela ausência de instituições públicas de ensino superior nos municípios. Os benefícios com a instalação de um Pólo Universitário na região seriam a formação de profissionais para o mercado de trabalho além de novas perspectivas profissionais e de vida para os jovens.

Foram realizadas 104 entrevistas com professores do ensino médio de estabelecimentos de ensino públicos e privados nos oito municípios selecionados da região. A sistematização das entrevistas permitiu a construção da tabela 1, onde se encontram identificadas as preferências de carreiras universitárias dos estudantes, segundo os professores entrevistados, com as carreiras de Medicina, Odontologia e **Psicologia** como as três prioritárias.

Tabela 1 - Médio Paraíba - Identificação de preferências de cursos de graduação por parte dos estudantes segundo os Professores do Ensino Médio entrevistados – 2.004	
Cursos de Graduação Preferências	(%)
Medicina	55
Odontologia	27
Psicologia	23
Serviço Social	21
Química	21
Farmácia	19
Pedagogia	19
Enfermagem	17
Física	17

Fonte: Diagnose de Demanda Social do Médio Vale do Paraíba - 2.004.
UFF/PROEX

Os estudantes (1.579 entrevistados) da região apresentaram como áreas preferenciais de desenvolvimento de estudos as Relações Humanas e Administração. Nesta área de interesse, destacam-se as carreiras de **Psicologia**, Administração e Direito. As carreiras apontadas na tabela 2 sintetizam as opções identificadas a partir das escolhas efetuadas pelos alunos, levando-se em consideração a primeira opção de carreira e a segunda opção de interesse, ficando delineadas as indicações dos alunos da seguinte forma:

Tabela 2 – Médio Paraíba - Identificação de Preferências de Formação - Alunos do Ensino Médio e Pré-Vestibulares – 2.004 (números absolutos e relativos)

Áreas de Formação	Profissões/Cursos	Interesse Demonstrado			
		Nível 1		Nível 1+2	
		%	Absoluto	%	Absoluto
Relações Humanas e Administração n =1038 66,7% de N	Psicologia	26,2	272	34,5	358
	Administração	16,0	166	29,8	309
	Direito	15,8	164	26,0	270
	Serviço Social	4,8	50	15,0	156
	Análise de Sist.	4,3	45	9,2	96
	Economia	3,6	37	10,0	103
	Cientista Social	2,2	23	4,6	48
	Contabilidade	1,7	18	3,2	34
	Biblioteconomia	1,0	10	2,3	24
Arquivologia	0,5	5	1,2	12	

Fonte: Diagnose de Demanda Social do Médio Vale do Paraíba - 2.004 - UFF/PROEX

Considerando o contingente populacional e a importância econômica da região, vislumbrados no estudo do perfil regional, torna-se patente a carência de cursos de nível superior, notadamente em instituições públicas, que atendam à demanda local/regional de formação universitária e possibilitem, inclusive, a consolidação de uma relação universidades- municipalidades- empresas, respeitando a autonomia acadêmica das IES, com vistas a aumentar os investimentos em pesquisa no campo da tecnologia e da qualificação para gestão sustentável, tendo como objetivo maior a qualificação da produção de meios, bens e serviços, a geração de trabalho e renda, assim como a superação das desigualdades sociais presentes na região.

A decisão pela criação do Curso de Bacharelado em Psicologia se deu em razão da expressiva menção no diagnóstico da demanda regional que serviu de subsídio para o desenvolvimento da proposta da criação do PUVR. Na Região do Médio Vale do Paraíba, que abrange uma população de pouco mais de um milhão de habitantes, existem, hoje, três cursos de psicologia oferecidos por instituições privadas, o que mostra a importância da oferta de vagas para formação de psicólogos por instituições públicas nesta região.

A escolha pelas ênfases, a) *Psicologia e Processos de Gestão* e b) **Psicologia e Processos de Prevenção e Promoção da Saúde**, levou em consideração:

- i. o perfil socioeconômico da Região do Médio Paraíba, que apresenta a maior diversidade e volume de investimentos industriais do interior fluminense, mostrando-se, portanto, num excelente campo de pesquisa para o psicólogo com ênfase em processos de gestão em sua formação;
- ii. a possibilidade de maior sinergia entre o curso de Psicologia e os demais cursos do ICHSVR, em funcionamento (Administração, Administração Pública e Ciências Contábeis), o que reforça a escolha pela primeira ênfase;
- iii. o objetivo traçado para o PUVR, de contribuir para o desenvolvimento regional integrado, visando não só as ações capazes de ensejar uma progressiva transformação e qualificação nos meios de produção, como aquelas que promovam a melhoria da qualidade de vida na Região do Médio Paraíba. Daí a escolha pela ênfase em processos e prevenção e promoção da saúde, que permitirá a formação de bacharéis de psicologia, preparados para a pesquisa científica no campo da saúde pública.

Isto posto, entendemos que currículo não é sinônimo de grade curricular, integram-se a ele inúmeras atividades relacionadas com a formação cultural, profissional e de cidadania dos alunos de nível superior. Ele é composto pelas disciplinas e/ou outros componentes curriculares, pelas atividades de pesquisa, extensão, entre outras, expressas no projeto pedagógico ora apresentado. A participação dos alunos nas atividades científicas e culturais da instituição deverá intensificar a pesquisa iniciada dentro das disciplinas e, acima de tudo, proporcionar o crescimento cognitivo e interpessoal dos graduandos. Além disso, a região do Médio Paraíba, neste momento, propicia a socialização, a divulgação e expansão de novos saberes e práticas.

Assim sendo, com a proposta ora apresentada pretende-se oferecer aos indivíduos desta região a oportunidade de construir sua própria formação profissional em condições favoráveis de realização e absorção pelo mercado de trabalho que constitui a Região do Médio Vale do Paraíba.

3. Princípios Norteadores:

Em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o presente projeto tem como uma de suas metas que a formação do psicólogo seja voltada tanto para a pesquisa quanto para a atuação profissional e procura assegurar, também, que esta formação seja baseada nos seguintes princípios norteadores:

- Construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia;
- Compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais;
- Reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico;
- Compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;
- Respeito à ética nas relações com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia;
- Aprimoramento e capacitação contínuos
- Atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;

Cabe enfatizar que o curso possui os seguintes Eixos Estruturantes:

- 1- Fundamentos epistemológicos e históricos
- 2- Fundamentos teóricos- metodológicos
- 3- Procedimentos para investigação científica e a prática profissional
- 4- Fenômenos e processos psicológicos
- 5- Interfaces com campos afins de conhecimento

4. Objetivos do Curso:

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharel em Psicologia da ECHSVR da UFF tem como objetivo fundamental, garantir ao profissional um domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida.

Em sua formação, o Bacharel em Psicologia deverá desenvolver, no tocante à pesquisa, as seguintes competências e habilidades:

- a) Analisar o campo de atuação profissional e seus desafios contemporâneos;
- b) Identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e agir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo;
- c) Identificar, definir e formular questões de investigação científica no campo da Psicologia, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta, e análise de dados em projetos de pesquisa;
- d) Escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coleta de dados em Psicologia, tendo em vista a sua pertinência;
- e) Realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações;
- f) Atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar;
- g) Elaborar relatos científicos, pareceres técnicos, laudos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação;
- h) Apresentar trabalhos e discutir idéias em público;
- i) Saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional.
- j) Levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas através de meios convencionais e eletrônicos;
- k) Ler e interpretar comunicações científicas e relatórios na área da Psicologia;
- l) Utilizar o método experimental, de observação e outros métodos de investigação científica;

- m) Planejar e realizar várias formas de entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos;
- n) Analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;
- o) Descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos;
- p) Utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia.

Concomitantemente, o presente Projeto tem, em relação à Formação do Psicólogo, como objetivo central, dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

- a) Atenção à saúde: os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética;
- b) Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais deve estar fundamentado na capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;
- c) Comunicação: os profissionais devem ser acessíveis e devem manter os princípios éticos no uso das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral;
- d) Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade;
- e) Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou líderes nas equipes de trabalho;

- f) Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento das futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmica e profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

5. Perfil do Profissional:

O Psicólogo a ser formado pelo presente curso deverá ter a oportunidade, através deste projeto, de suscitar o seu perfil de pesquisador, estando capacitado a analisar criticamente diferentes estratégias de pesquisa, conceber, conduzir e relatar investigações científicas de distintas naturezas.

Entende-se que a aquisição deste perfil passa, necessariamente, pelo desenvolvimento das seguintes habilidades:

- q) Elaborar relatos científicos, pareceres técnicos, laudos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação;
- r) Apresentar trabalhos e discutir idéias em público;
- s) Saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional.
- t) Levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas através de meios convencionais e eletrônicos;
- u) Ler e interpretar comunicações científicas e relatórios na área da Psicologia;
- v) Utilizar o método experimental, de observação e outros métodos de investigação científica;
- w) Planejar e realizar várias formas de entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos;
- x) Analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;
- y) Descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos;
- z) Utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia.

Cabe ressaltar, que este currículo tem como perspectiva, o desenvolvimento do profissional para atuar no contexto social. A definição das qualificações do profissional a ser formado pelo curso considera a formação científica e humanística. Neste sentido, o psicólogo deverá expressar as seguintes habilidades e competências ao integralizar sua formação:

- a) Ser capaz de problematizar as construções do campo de saber e das relações de poder, apresentando uma crítica consistente da prática da psicologia nas instituições sociais, bem como, a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética. Deve ser acessível e manter os princípios éticos no uso das informações, na interação com outros profissionais e o público em geral;
- b) Ser capaz de analisar o discurso psicológico, sua continuidade e descontinuidade como processo histórico, fundamentando sua capacidade de avaliar, sistematizar e decidir em seu exercício profissional sempre tendo em vista o bem estar da comunidade;
- c) Ser capaz de criar e aprender continuamente priorizando em seu caminho profissional a utilização de metodologias e instrumentos de pesquisa da questão psicológica em sentido amplo, de forma a intervir/agir com responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento das futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmica e profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.
- d) Ser capaz de relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional.
- e) Ser capaz de contextualizar fenômenos e processos psicológicos a partir da Interface com campos afins do conhecimento de forma a demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, sociais e culturais.

Considerando que se efetive, através deste curso, uma formação científica e humanística, espera-se, por fim, que o Psicólogo seja capaz de:

- Compreender a diversidade do conhecimento psicológico;

- Atuar com competência científica, ética e técnica em diferentes contextos que requeiram avaliação, análise e intervenção junto a processos psicológicos e psicossociais;
- Comprometer-se com as necessidades sociais;
- Atuar interdisciplinarmente;
- Produzir e divulgar conhecimento;
- Contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e com a promoção da qualidade de vida.

6. Organização Curricular:

O currículo do Curso de Bacharelado em Psicologia possui uma carga horária total de 4380h a serem cursadas em 10 períodos, em regime DE MATRÍCULA POR DISCIPLINA. O Currículo é iniciado por um Núcleo Comum a todos os Cursos de Graduação em Psicologia e possui um Bloco de Disciplinas Obrigatórias, um Conjunto de Disciplinas Optativas, Requisitos Curriculares Complementares e Estágios. Dentro da carga horária total, 2920h (66%) são destinadas às disciplinas obrigatórias, 600h (14%) às disciplinas optativas, 600h (14%) ao Estágio Curricular Obrigatório, 60h (1%) ao Estágio Curricular Básico e 200h (5%) destinadas às Atividades Complementares. O curso é oferecido em período integral, preferencialmente no turno diurno.

O currículo da formação do Psicólogo se caracteriza pelos seguintes aspectos:

- Ter a composição da carga horária das disciplinas obrigatórias divididas em um Núcleo Comum e um Núcleo de Formação e Ênfase.
- A manutenção da oferta dos estágios por projetos;
- O currículo tem sua formação definida a partir de eixos e ênfases Curriculares. Estas Ênfases são obtidas na indicação das disciplinas que articulam ensino e estágio permitindo um maior desenvolvimento de habilidades para as ações do psicólogo em formação.
- As disciplinas optativas e as atividades acadêmicas curriculares dão privilégio às escolhas dos alunos, na condução de sua formação.
- Até o sexto período, os alunos terão disponíveis as disciplinas do Núcleo Comum, neste incluído os estágios básicos, atendendo a uma formação pluralista e sólida para o aprofundamento dos estudos nas disciplinas de ênfase e para a realização das atividades de pesquisa e extensão.

Ao adotar a filosofia de que a educação é concebida como um instrumento que oferece ao indivíduo a oportunidade de construir sua própria formação intelectual a flexibilidade curricular é valorizada e garantida ao discente por meio de disciplinas optativas (600h) e atividades complementares (200h), compondo por volta de 20% da carga horária. As atividades complementares poderão ser realizadas em qualquer fase do curso, para integralização curricular, desde que aprovadas pelo Colegiado de Curso.

A interdisciplinaridade figura com destaque no planejamento do curso, uma vez que é contemplada com por volta de 40% da carga horária do curso, abarcando um universo que reúne áreas como Administração Pública; Ciências Econômicas; Ciências Jurídicas; Filosofia e Ciência Política; Matemática e Estatística Aplicada; Neurociências; Promoção e Prevenção da Saúde; Educação; Trabalho e Saúde; Sociologia e Antropologia; Tecnologias da Comunicação e da Informação e Teoria da Administração e das Organizações.

A integração entre teoria e prática é contemplada por 50% da carga horária do curso, dividida entre disciplinas práticas, estágios e atividades complementares. (No ANEXO I encontra-se o perfil gráfico da formação do Bacharel em Psicologia do Curso de Psicologia da UFF de Volta Redonda)

6.1 Estágios Curriculares Supervisionados:

Estágio Curricular Supervisionado Básico: Tem como finalidade possibilitar a vivência dos alunos em ambientes onde exista a profissão do psicólogo, permitindo a observação e o acompanhamento do profissional e suas principais competências. O Curso oferece o Estágio Supervisionado Básico I no 2o período e o Estágio Supervisionado Básico II no 6o período. Os dois Estágios Supervisionados Básicos, obrigatórios, apresentam uma carga horária total de 60h.

Os Estágios Curriculares Supervisionados Específicos: Consistem em atividades práticas realizada pelo aluno, no decorrer do Curso, com a supervisão de um professor designado para essa atividade. São atividades obrigatórias do curso para consolidar as competências estabelecidas, permitindo assim que os conhecimentos, habilidades e

atitudes se concretizem em ações, voltados às dimensões do ser, do saber, do saber fazer e do conviver. Os estágios supervisionados específicos são oferecidos sob a forma de projetos elaborados pelos professores supervisores que contemplam as ênfases de formação constantes no projeto pedagógico do curso. A carga horária total dos Estágios Curriculares Supervisionados Específicos é de 600h. Os estágios curriculares estão vinculados ao Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) do Curso de Psicologia e são divididos em Estágio Supervisionado Interno (aquele realizado nas dependências do SPA) e Estágio Supervisionado Interno/Externo (aquele vinculado ao SPA, mas realizado nas instituições conveniadas). O SPA é o órgão regulador do Estágio no Curso, razão pela qual os projetos estão vinculados a essa instância e submetidos ao Regimento do Serviço de Psicologia Aplicada, aprovado pelo colegiado do curso, construído e discutido com toda a comunidade acadêmica (docentes, discentes e funcionários administrativos), para consolidação dos objetivos de formação. É importante ressaltar que os estágios do curso de Psicologia da UFF de Volta Redonda são atividades supervisionados por membros do corpo docente da UFF que tem como objetivo: articular a teoria e a prática, o ensino, a extensão e a pesquisa no campo da Psicologia, ratificando os objetivos propostos pelo Projeto Pedagógico do Curso no que tange ao perfil do egresso. (No ANEXO II constam as descrições do Estágio e dos projetos de Estágio do Curso elaborados para o 1º semestre de 2014).

6.2 Atividades Complementares:

Ao adotar a filosofia de que a educação é concebida como um instrumento que oferece ao indivíduo a oportunidade de construir sua própria formação intelectual será oportunizado ao discente a flexibilidade curricular através de atividades complementares, as quais poderão ser realizadas em qualquer fase do curso, para integralização curricular, desde que aprovadas pelo Colegiado de Curso.

A carga horária total das Atividades Curriculares é de **200h**.

Serão consideradas atividades complementares:

- Estágio curricular não obrigatório;
- Participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Participação em seminários, congressos, fóruns, encontros, palestras, workshops e cursos;

- Semana acadêmica;
- Participação na diretoria de empresas juniores;
- Monitoria;
- Apresentação de trabalhos em Congresso, Fóruns, Seminários;
- Publicação em revistas.

1-Estágio Curricular Não Obrigatório: será considerado estágio não obrigatório aquele não previsto no currículo e que a carga horária exceda à do estágio curricular básico. Para ser considerada atividade complementar o aluno deverá apresentar, no início do semestre, um plano de atividades ao Colegiado de Curso, o qual aprovará ou não. Ao final do estágio, o acadêmico deverá entregar ao colegiado um relatório das atividades desenvolvidas para avaliação. Será contabilizado como atividade complementar 20% da carga horária total realizada.

Participação em Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão: da carga horária total em projetos, o aluno poderá contabilizar 20% como atividade complementar, mediante a aprovação do professor coordenador do projeto, que deverá encaminhar ao Colegiado de Curso a carga horária total do aluno.

Participação em Seminários, Congressos, Fóruns, Encontros, Palestras, Workshops e Cursos: 20% da carga horária total dessas atividades poderão ser contabilizadas como atividade complementar, desde que relacionadas com o Curso de Bacharel em Psicologia, mediante o encaminhamento de cópia do certificado de participação e relatório da atividade ao Colegiado de Curso, o qual aprovará a atividade.

Semana Acadêmica: 20% da carga horária total dessas atividades poderão ser contabilizadas como atividade complementar, mediante o encaminhamento de cópia do certificado ao Colegiado.

Monitoria: da carga horária total de atividades de monitoria o aluno poderá contabilizar 20% como atividade complementar, mediante o encaminhamento do Relatório de Atividades pelo professor orientador ao Colegiado de Curso.

Apresentação de Trabalhos em Congressos, Fóruns e Seminários: cada apresentação de trabalho corresponderá a **30 horas**, mediante o encaminhamento de uma cópia do trabalho e cópia do comprovante de apresentação, que será avaliada pelo

Colegiado de Curso.

Publicações (nacionais): cada trabalho publicado em revistas nacionais corresponderá a **40 horas**, mediante o encaminhamento de uma cópia do artigo ao Colegiado de Curso, o qual será aprovado pelo mesmo.

Publicações (internacionais): cada trabalho publicado em revistas internacionais corresponderá a **60 horas**, mediante o encaminhamento de uma cópia do artigo ao Colegiado de Curso, o qual será aprovado pelo mesmo.

No ANEXO III, encontra-se o regulamento das Atividades Complementares do Curso.

6.2 Trabalho de Conclusão de Curso:

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, constitui-se numa atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão ou curso de graduação, desenvolvida mediante controle, orientação e avaliação docente, cuja exigência é um requisito essencial.

O Colegiado do Curso de Bacharelado em Psicologia definiu, através de regulamento específico, a modalidade do Trabalho de Conclusão de Curso, conforme sua natureza e perfil do profissional que pretende formar. A carga horária total destas disciplinas obrigatórias será de **200** (duzentas) horas/aula, desenvolvidas durante dois períodos.

A elaboração do TCC implicará em rigor metodológico e científico, organização e contribuição para a ciência, sistematização e aprofundamento do tema abordado, sem ultrapassar, contudo, o nível de graduação.

São objetivos do TCC:

I - oportunizar ao acadêmico a iniciação à pesquisa;

II - sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer do curso;

III - garantir a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional;

IV - subsidiar o processo de ensino, contribuindo para a realimentação dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes do currículo.

No ANEXO IV encontra-se o regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso.

7. Acompanhamento e Avaliação

A Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP é o órgão responsável pela sua implementação.

O SINAES assegura a avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de ensino superior e de seus cursos.

A Universidade Federal Fluminense – UFF, com objetivo de atender a legislação em vigor, estabeleceu em sua sistemática de Avaliação Institucional um elo entre a avaliação externa e a avaliação interna. A avaliação interna é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA/UFF que atua como elemento integrador, considerando como base a auto-avaliação. A UFF desenvolve ações próprias de avaliação dos cursos de graduação, como a avaliação das disciplinas cursadas a cada período letivo, a avaliação institucional pelos discentes, realizada periodicamente e o estudo do perfil dos alunos vestibulandos e ingressados. Essas três sistemáticas de avaliação têm gerado dados que permitem ampliar o conhecimento acerca do ensino de graduação na instituição.

A avaliação externa é executada pelo MEC/Inep conforme o que estabelece o SINAES, indicando Comissão Multidisciplinar para proceder a avaliação das condições de ensino necessária aos processos de regulação das IES.

O processo de acompanhamento e avaliação dos cursos de graduação também é parte da sistemática de avaliação externa. Considera o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares de cada curso de graduação, com a realização anual do ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, que utiliza procedimentos amostrais para a identificação de alunos no final do primeiro e último ano dos cursos.

Os resultados da Avaliação Institucional constituem referencial básico para todos os processos de regulação, supervisão da educação superior e ainda fundamentam decisões no âmbito da UFF.

A UFF também atendendo ao que estabelece a Portaria Normativa do MEC Nº 40 de 12 de dezembro de 2007, realiza os procedimentos de protocolização e acompanhamento

dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos por intermédio do sistema eletrônico e-MEC, decorrendo daí a avaliação dos cursos de graduação pelo MEC.

No que refere a avaliação da aprendizagem o sistema adotado pela UFF encontra-se estabelecido no Regulamento dos Cursos de Graduação, aprovado pela Resolução 363/2008 do CEP, nas seções que tratam do Aproveitamento Escolar, da Avaliação de Aprendizagem em Caráter Excepcional e do Regime Excepcional de Aprendizagem (Artigos 80 a 96).

7.1 - Avaliação institucional (interna e externa)

Para desenvolvimento das atividades de avaliação interna e externa das condições de ensino a UFF criou a Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal Fluminense (CPA-UFF), responsável pela coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de acordo com o artigo 14 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

O desenvolvimento das atividades da CPA dar-se-á com autonomia em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados existentes nesta Universidade.

A CPA tem todo o apoio institucional, além daquele previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para a realização plena do processo de auto-avaliação da UFF, bem como da avaliação externa.

Compete à CPA:

- I. elaborar o projeto de auto-avaliação institucional a ser encaminhado à Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), submetendo-o à prévia aprovação do Conselho Universitário;
- II. conduzir os processos de auto-avaliação da Universidade Federal Fluminense;
- III. implementar as atividades necessárias à sensibilização da comunidade para a importância da avaliação institucional e sua integração com a missão da Universidade;
- IV. colaborar com os procedimentos de auto-avaliação de cursos e áreas, cuja realização deverá estar pautada pelas diretrizes da CONAES e pelo projeto de auto-avaliação institucional;
- V. sistematizar e analisar as informações institucionais, produzindo relatórios a serem encaminhados às instâncias competentes;
- VI. elaborar relatórios de avaliação, enviando-os às instâncias competentes para ciência; VII. delegar competências, indicando prazos para o cumprimento dos objetivos estabelecidos;
- VII. assessorar cursos e áreas nos procedimentos de avaliação externa;
- VIII. convidar membros da comunidade e da sociedade civil para prestarem informações e emitirem opiniões sobre o processo de avaliação institucional;
- IX. elaborar e modificar seu Regimento Interno, conforme a legislação vigente;

- X. prestar as informações solicitadas pelo INEP, além de elaborar e enviar, no prazo previsto, o Relatório de avaliação interna estabelecido na Resolução CONAES nº 1/2005; e
- XI. dar ampla divulgação de todas as suas atividades.

7.2 Metodologia de auto-avaliação

Quatro princípios nortearam a implementação de projeto de auto-avaliação da UFF:

- 1) participação de todos os diferentes segmentos da comunidade, além da sociedade civil;
- 2) transparência em todas as atividades, assegurando-se a mais ampla publicidade de procedimentos;
- 3) globalidade de resultados, com seus diagnósticos e recomendações concentrando-se na totalidade da instituição, em consonância com o PDI e planejamento estratégico;
- 4) gradualidade expressa em prática construída sob a lógica do tempo diferido, com incorporação gradual de novas dimensões avaliativas.

Dentro deste macro processo de avaliação o curso de bacharelado em Psicologia de Volta Redonda enquadra-se como uma unidade avaliativa com o intuito de estimular a comunidade acadêmica a participar o processo de avaliação, bem como participar da construção do relatório geral de avaliação preparando a análise e encaminhando a CPA.

A sistemática de avaliação corresponde a avaliação do discente sobre três eixos:

- Instituição através de questões sobre o curso, a administração superior, o apoio administrativo, os serviços prestados, a infra-estrutura, a representação estudantil e a comunicação;
- Disciplinas que corresponde a todos os procedimentos de ensino e aprendizagem, como obrigações e competências formais, aspectos estruturais e metodológicos e atitudes pedagógicas;
- Auto-Avaliação que estimula o discente a avaliar suas atitudes e responsabilidades no processo de aprendizagem.

O docente também participa da avaliação através de questões que envolvem as disciplinas ministradas no semestre.

É importante destacar que o trabalho de avaliação contínua do curso tem sido sistematizado pelo Colegiado do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante que atua no sentido de discutir como vem sendo feita a implantação do curso e seus impactos na comunidade acadêmica, o que tem produzido importantes discussões sobre os caminhos engendrados pelo Curso, discutido e debatidos em um foro coletivo com a ampla participação de discentes, docentes e colaboradores administrativos.

8. Políticas Institucionais no âmbito do Curso:

A UFF, segundo seu Projeto de Desenvolvimento Institucional, tem como objetivo promover, de forma integrada, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, e a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, contribua para o desenvolvimento econômico-social auto-sustentado do Brasil. Para avançar na direção de uma concepção de Universidade comprometida com o social teremos de reconhecer que a ação pedagógica está presente em todas as dimensões e estruturas que caracterizam a Universidade, não se reduzindo, portanto, àquilo que ocorre na sala de aula e nos conhecimentos transferidos. Teremos de reconhecer, também, que o projeto pedagógico de cada curso materializa-se no cotidiano, através das práticas que o caracterizam, dos modelos que estimula, das atitudes e valores que promove e incentiva, assim como dos recursos materiais disponíveis. E tal materialização é tão importante para a formação do profissional quanto o conhecimento técnico. Os esforços para a construção de uma proposta educacional desta natureza ressaltam a necessidade da adoção de um paradigma de educação superior centrado no estudante. Este paradigma está assentado nos quatro pilares da educação contemporânea: aprender a ser, a fazer, a viver juntos e a conhecer. Para atingir esse objetivo, torna-se necessário conceber a atividade de ensino e suas articulações com a pesquisa e extensão como procedimentos que mais fazem perguntas do que dão respostas. Entender que aprender não é estar em atitude contemplativa ou absorvente frente aos dados culturais da sociedade, mas sim estar envolvido na sua interpretação e produção. Partir da realidade para problematizar o conhecimento, envolvendo o professor e o aluno na tarefa de investigação que tem origem e/ou se destina à prática social e profissional. Isso significa dizer que a metodologia do “aprender a aprender” é um caminho capaz de desenvolver as habilidades e competências necessárias à solução dos problemas advindos da constante mudança da sociedade. Tal metodologia deve levar a uma formação em que o aluno é sujeito ativo do processo de aprendizagem/ensino. Ainda segundo o PDI/UFF, a dúvida e a problematização, que são motivadores essenciais da pesquisa, nascem da prática social. O que faz o homem produzir ciência e tecnologia são os desafios históricos que ocorrem nos diferentes espaços. Sem o contato e a aptidão de leitura da realidade social, não é possível dar direção à pesquisa, além do que a pesquisa só chega à sociedade como

elemento de solução de seus problemas. O ciclo se completa com o direcionamento para a sociedade de profissionais instrumentalizados para solucionar os problemas por ela apontados. Assim se configura a desejada articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste sentido, a extensão deve ser encarada na perspectiva da produção do conhecimento, contribuindo para viabilizar a relação transformadora entre a UFF e a sociedade. Mas, para isso, torna-se necessário ampliar, cada vez mais, os canais de interlocução com a sociedade, a fim de que a realidade social seja representada na sua totalidade. Cabe destacar, no entanto, que nem a Universidade deve se constituir em agência de prestação de serviços, pois isto não a orienta para a produção de conhecimento, nem é sua função substituir o Estado no atendimento às diferentes necessidades sociais. A indissociabilidade do ensino, extensão e a pesquisa, colocando o estudante como protagonista de sua formação técnica e cidadã, é o princípio que fundamenta o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia de Volta Redonda desde sua implantação.

9. Metodologia:

O curso adota uma metodologia de ensino ancorada na perspectiva histórico-dialética da educação, articulados aos recursos que orientam o processo ensino-aprendizagem buscando levar o discente a avaliar criticamente a interação entre os conteúdos teóricos à realidade. Sendo assim, busca-se orientar o processo de ensino-aprendizagem calcado em uma reflexão acerca das situações concretas que se dão no tempo e na história. Os princípios e diretrizes de nosso projeto pedagógico envolvem a busca de respostas às seguintes dimensões:

- Sócio-política - esta dimensão nos remete a fazer algumas reflexões sobre: as concepções de homem, mundo e sociedade; a função ou papel da psicologia nesse processo, suas finalidades e objetivos sociais, políticos, filosóficos, etc.
- Epistemológica – esta dimensão nos remete a reflexões para definir diretrizes relativas a: como se produz o conhecimento? Como a psicologia desenvolveu diferentes saberes para responder a essa questão? Quais as diferenças existentes entre as formas de

conhecimento? E, finalmente, qual a importância e o sentido da teoria, numa perspectiva de uma formação crítica e consciente?

- Psicopedagógica – esta dimensão nos remete às questões: Como se dá o processo de aprendizagem, a partir de uma abordagem histórico-dialética? Qual a relação entre cultura e aprendizagem? Qual é o significado do Outro (ou dos Outros, enquanto grupos estruturados) no processo de aprendizagem? Qual é a importância e a contribuição do grupo de parceiros no processo de aprendizagem?

Para responder a essas questões, nossa proposta pedagógica, consiste fundamentalmente em apoiar-se em metodologias que relevem o tripé: ensino, pesquisa e extensão, construindo um processo ensino-aprendizagem dinâmico, dialético e sócio-histórico, considerando os conteúdos curriculares que contemplam a formação nos seus componentes básicos, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais e os componentes específicos que concentram as disciplinas das Ênfases Curriculares. Valoriza-se para tanto, a utilização de recursos técnicos-pedagógicos que não se restringem às aulas teóricas, mas o desenvolvimento e aplicação de métodos que valorizem a participação ativa do discente na sua formação como a aplicação do método da aprendizagem baseada em problemas, aulas práticas, estudos de caso, discussões em rodas de conversa, atividades grupais, dentre outras. Seguindo tais orientações, busca-se respeitar o princípio da liberdade acadêmica, criando condições para a construção de um curso socialmente referenciado e reconhecido no cenário acadêmico nacional e internacional. Neste sentido, o projeto pedagógico do curso visa proporcionar o desenvolvimento de atividades educacionais num sentido amplo, contribuindo para a formação de um Bacharel em Psicologia imbuído de valores éticos, que com competência técnica, atue no seu contexto social.

10. Infra-estrutura

10.1 Ambientes para docentes:

Os professores estão instalados em salas que comportam grupos de seis docentes. As salas possuem aproximadamente 40m² e cada docente dispõe de computador com acesso a internet, telefone, mesa, cadeira e armário. 100% dos docentes do curso possuem seu espaço de trabalho.

10.2 Sala para coordenação e atividades acadêmico-administrativas:

Entre os recursos administrativos, o ICHS conta com uma sala para as coordenações, uma sala para a secretaria dos cursos e para a secretaria dos departamentos. As salas possuem aproximadamente 40m². O espaço das coordenações permite o atendimento individualizado ao aluno, uma vez que os coordenadores se revezam nesse espaço. Além de uma estação de trabalho, a sala apresenta mobiliário para reuniões e para arquivamento de documentos.

A sala destinada à secretaria dos cursos divide-se em um espaço para atendimento e protocolo e outro para processamento das demandas. A ação conjunta das secretarias dos cursos busca gerar sinergia. A secretaria dos cursos conta com oito estações de trabalho com acesso à internet, recursos para impressão e digitalização, além de mobiliário para arquivo. As pastas com ocorrências e documentos associados aos alunos permanecem nesse espaço. As secretarias dos departamentos contam com recursos similares. Os diários de classe, as avaliações finais e a documentação dos professores são arquivados nesse local. Na secretaria do departamento cada curso conta com um funcionário para o atendimento exclusivo dos professores. Na secretaria da Coordenação são 8 funcionários para atendimento exclusivo aos alunos. A secretaria da coordenação funciona de 8h às 21h.

10.3 Salas de aula:

O Curso conta com 10 salas de aula para o seu pleno funcionamento. As salas possuem cerca de 40m², todas climatizadas, com capacidade máxima de 45 alunos. Em cada sala de aula existe aproximadamente 45 carteiras universitárias, uma mesa e cadeira para professor, uma lousa, tela de projeção e Datashow fixos. Para atender as disciplinas optativas que podem ter um número maior de alunos (até 60 alunos), são disponibilizadas salas de 80m² também equipadas com lousa, tela de projeção e Datashow. Essas salas possuem cerca de 80 carteiras universitárias, uma mesa e cadeira para professor e também são climatizadas. O uso das salas é compartilhado com outros cursos do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, sem prejuízo ao seu funcionamento,

pois os horários dos cursos são planejados conjuntamente, favorecendo a logística de utilização das salas e otimização dos espaços, mantendo a sinergia buscada no ICHS.

10.4 Laboratórios:

Laboratório de Psicologia Experimental

O Laboratório de Psicologia Experimental opera com softwares, dentre eles o *Sniff* e estão em aquisição softwares para o trabalho com experimentos de psicofísica. O laboratório dispõe de uma área de cerca de 80 m² com 30 computadores, 8 bancadas de madeira, 40 cadeiras, projetor e lousa digital. Há um computador exclusivo para professor, rede e internet. O laboratório serve o ensino em psicologia nas disciplinas: Teorias e Sistemas Psicológicos III (Behaviorismo), Processos de Aprendizagem e Memória, Percepção e Processos Cognitivos e Pensamento. A estrutura mostra-se adequada para o momento atual, embora novas demandas venham a ser estabelecidas brevemente, em virtude da ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas às disciplinas citadas.

As duas primeiras disciplinas utilizam o Sistema Personalizado de Ensino em que o aluno recebe o material de leitura e é demandado a realizar uma série de atividades pertinentes à leitura. Nesse processo, os acadêmicos são acompanhados individualmente pelo docente da disciplina e pelo monitor que está disponível de forma institucionalizada desde o início de 2014.

Laboratório de Avaliação Psicológica

O Laboratório de Avaliação Psicológica dispõe de uma área de cerca de 40 m², com 20 cadeiras para testagens coletivas ou para que as atividades de ensino possam ocorrer dentro de suas dependências. Ainda há disponível um computador desktop completo. O acervo do laboratório conta com diversos instrumentos de avaliação psicológica, como Raven, IFP, QUATI, TAT, Rorschach, Zulliger, AIP, dentre outros, procurando-se respeitar o mínimo de 10 exemplares de cada instrumento (1 para cada 4 alunos). O laboratório ainda possui armários para a guarda do material. Outros testes encontram-se em processo de aquisição. O laboratório serve o ensino em psicologia, com o

empréstimo dos instrumentos aos alunos que cursam as disciplinas de avaliação psicológica ou para alunos e em outras disciplinas, caso necessário. Após a implementação do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), o Laboratório de Avaliação Psicológica também auxiliará a extensão, com a realização de avaliações psicológicas dentro de seu ambiente ou mesmo com o empréstimo de instrumentos para a aplicação no SPA. O Laboratório de Avaliação Psicológica ainda disponibiliza o seu acervo para a pesquisa do curso de Psicologia da UFF de Volta Redonda. Cabe ressaltar que o laboratório ainda desenvolve pesquisas para a criação de seus próprios instrumentos de medida.

Laboratório de Ensino de Psicofisiologia

As atividades de ensino do Laboratório de Ensino de Psicofisiologia concentram formalmente as disciplinas de Neuroanatomia, Neurociências e, informalmente, de Genética. O nome do laboratório, levemente heterodoxo, traduz o olhar com o qual trabalhamos com o corpo discente do curso de psicologia: desvirtuando a antítese “corpo vs mente” e contextualizando o corpo humano, desde suas menores porções (celulares), com o comportamento fisiológico e, eventualmente, patológico. Contamos com uma sala específica para o laboratório de aproximadamente 40m² e, além disto, utilizamos o Laboratório de informática, quando necessário. Temos disponibilizado um número de peças vinculadas às disciplinas de Neuroanatomia e Neurociências de forma que, nas aulas essencialmente práticas, as turmas são divididas e a relação entre o número de alunos por peça não exceda 5:1. Contamos com um acervo de mais de 10 modelos sintéticos de encéfalo, cada um priorizando algum aspecto relevante da morfofisiologia do sistema nervoso, com representações das divisões de Brodmann, vascularização ou anatomia topográfica.

10.5 Serviço de Psicologia Aplicada:

O objetivo do SPA é o de cooperar no ensino prático (estágio) dos alunos do Curso de Psicologia e prestar serviços especializados de sua competência a pessoas e instituições. As atividades de Estágio iniciar-se-ão no 7o período ou seja, a partir do 2o semestre do ano de 2014.

Através de projetos coordenados por professores do Departamento de Psicologia e que se destinam aos alunos do Curso de Graduação em Psicologia, o SPA oferecerá à comunidade uma série de serviços, dentre os quais destacam-se atividades de atendimento psicoterápico, projetos em cooperação com a rede de saúde mental das cidades da região, projetos de atenção à saúde do trabalhador, projetos voltados à psicologia organizacional e do trabalho.

Requisitos Legais para o Ensino

O objetivo desse documento é o de apresentar o cumprimento do nosso curso aos requisitos legais para o Ensino conforme dispõe as leis em nosso país.

Condições de acesso a pessoas com deficiência e disciplina Libras:

O decreto presidencial de número 5.296 de 2 de dezembro de 2004, artigo 24, estabelece que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível devem proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para

peças com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. Informamos que o Campus do Atarrado, onde se situa nosso departamento, está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e na legislação específica da matéria. Estão à disposição de professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitem o acesso às atividades escolares e administrativas, em igualdade de condições com as demais pessoas, de modo a se coibir qualquer tipo de discriminação.

Conforme se exige no artigo 22 desse decreto, informamos que em todos os andares dos prédios situados no campus do atarrado, há sanitários femininos e masculinos destinados a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida: em todos os sanitários mencionados há, no mínimo, uma cabine adaptada para as necessidades desse público.

Assim como o exigido pelo artigo 25 desse mesmo decreto, informamos que nos estacionamentos do Campus do Atarrado, onde se situa o nosso curso, são reservados pelo menos dois por cento do total de vagas para veículos que transportem pessoas com deficiência, assegurando-se, no mínimo, uma vaga em locais próximos à entrada principal, de fácil acesso à circulação de pedestres, com especificações técnicas de desenho e traçado, conforme o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Da mesma forma, como determina o artigo 27, há em todos os prédios do Campus do Atarrado, elevadores que atendem padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT, proporcionando o acesso à movimentação cômoda de pessoa portadora de deficiência. Há ainda informação de voz quanto ao andar em que a pessoa se encontra a cada vez que o elevador para.

Informamos também que em todos os locais do nosso campus é admitida a entrada e permanência de cão-guia junto de pessoas com deficiência. Além disso, pode-se constatar a presença de rampas de acessibilidade em todos os locais em que a mesma é demandada, de modo a facilitar o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida. No que tange as tecnologias, instrumentos e equipamentos pertencentes à universidade,

contamos com carteiras adaptadas destinadas a alunos cadeirantes e nossas bibliotecas contam com equipamentos capazes de transformar texto escrito em áudio, destinados a pessoas com deficiência visual. Há também monitores que podem acompanhar as pessoas com deficiência nos espaços do campus. Tudo isso favorece o aumento da autonomia pessoal, total ou assistida, de pessoas com necessidades especiais.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que a estrutura curricular do nosso curso conta com a presença da disciplina de Libras, respeitando, portanto, o decreto N° 5.626/2005.

As informações expostas acima demonstram que o nosso curso está alinhado às diretrizes do governo federal para a consolidação de um sistema de educação inclusivo, respeitando as condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, conforme determina o decreto presidencial de número 5.296 de 2 de dezembro de 2004.

Educação Ambiental:

A constituição federal determina que o Poder Público tem a incumbência de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino (inciso VI do § 1º do artigo 225 do Capítulo VI, dedicado ao Meio Ambiente). A lei n.º 9.795 de Abril de 99 afirma a necessidade da presença da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo, definindo-a como "os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Na Resolução n.º 2 de 15 de junho de 2012 do Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação chancela o entendimento de que a Educação Ambiental diz respeito ao ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram, pretendendo ensinar conhecimentos científicos e reconhecer os saberes tradicionais que permitam tomar decisões transformadoras, orientadas por uma cidadania responsável marcada por uma cultura de sustentabilidade socioambiental. Trata-se, portanto, do desenvolvimento de uma ética e cidadania ambiental, mais que da aquisição de um determinado repertório de conhecimentos.

Acreditamos que o Curso de Psicologia da UFF/VR cumpre as exigências descritas na Resolução do Ministério da Educação supracitada, integrando a educação ambiental às disciplinas do curso de forma descrita no Art. 16, inciso 1 como "transversalidade", mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental. Aproveitamos ainda para indicar que o Curso ainda cumpre tal objetivo de forma descrita como "Outras formas de inserção", no parágrafo único do art. 16, na medida em que a UFF, mantendo forte tradição extensionista, oferece inúmeras Atividades de Extensão que abordam a educação ambiental, tal como descrita acima, de forma explícita em seus objetivos, práticas e metodologia.

No que diz respeito à transversalidade: as disciplinas da área de Psicologia Social e da Psicologia da Saúde coadunam com os Princípios da Educação Ambiental constantes naquela Resolução, principalmente no que diz respeito à interdependência entre o meio socioeconômico e o cultural, sob o enfoque participativo (inciso II), à vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais (inciso IV) e ao respeito à pluralidade e à diversidade individual, coletiva, étnica, racial, social e cultural (inciso VI), como o demonstram as ementas das disciplinas dessas duas áreas. Ressaltamos também que uma das ênfases do curso é a Psicologia do Trabalho e que é característica de nosso corpo docente a ênfase na História Social do Trabalho, nos aspectos ético-políticos envolvidos na relação entre capital e trabalho. Tal característica permite a formação do pensamento crítico de nossos alunos, acostumados a avaliar tanto aspectos externos (sociais, ambientais, históricos) quanto internos (organização do trabalho, instituições de trabalho) da ação do homem na transformação do ambiente.

No que diz respeito à inserção da educação ambiental por outras formas (parágrafo único do Art. 16 da Resolução do MEC), informamos que uma das categorias de extensão definidas pela PROEX (Pró-Reitoria de extensão da UFF) é a de "Meio Ambiente", onde se enquadraram, em 2014, 20 projetos de extensão, aos quais se somam outros 6 projetos da área de "Educação" que têm por objeto populações tradicionais em risco (os incluímos considerando que a definição de Educação Ambiental abarca o aspecto socioambiental). As indicações expostas acima permitem verificar que o nosso curso cumpre a orientação do governo federal no sentido de incluir a Educação Ambiental nas disciplinas do curso, conforme descrição da Lei nº 9.795 e a Resolução Nº 2 de 2012 do MEC.

Questão indígena:

Na estrutura curricular no nosso curso, propomos trabalhar as questões relativas à população indígena de forma transversal nas disciplinas que articulam a formulação e implementação de políticas públicas. Neste contexto, trabalhando a partir de um olhar que contempla as especificidades étnicas e culturais de cada comunidade, buscamos um diálogo para demonstrar a importância de políticas públicas que favoreçam a plasticidade local necessária. Para tanto, partimos da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, estabelecida pela portaria 254 de 32 e janeiro de 2002.

Esta política, coadunando com as Leis Orgânicas da Saúde, que reconhecem tais especificidades étnicas e culturais de povos indígenas, evidencia a necessidade de um debate que reconheça também direitos territoriais e específicos de cada comunidade indígena, para que a saúde pública se estabeleça tal como preconizado em nossa Constituição vigente. Esta proposta foi regulamentada pelo Decreto 3156 de 27 de agosto de 1999 e pela medida provisória 1.911-8. Em tais regulamentações, estão incluídas transferências de recursos humanos e outros bens, destinados às atividades de assistência à saúde para órgãos específicos de trabalho direto com a população indígena, estabelecendo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do SUS.

Tendo em vista as especificidades dessa população, é necessário ter em conta o ajustamento da política que procura atender os critérios necessários para atenção à saúde, destacando diferenças da política mais generalista que estabelece as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. O conceito de “distrito sanitário especial indígena” é colocado em trabalho na disciplina de Políticas Públicas em Saúde I, onde tratamos da organização do SUS, suas diretrizes e princípios. A garantia do acesso à atenção integral à saúde também tem como premissa a integração de saberes, contemplando a diversidade social, cultural e geográfica, visando a superação dos fatores que tornam essa população mais vulnerável aos agravos à saúde desses brasileiros.

Também nas disciplinas que tratam dos conceitos de saúde, de sua constituição múltipla e subjetiva, podemos abordar a temática indígena, apontando para que a construção dos direitos humanos, da cidadania e das políticas públicas se dá no encontro de forças e saberes que endereçam e sustentam as formas de promoção e cuidado da

saúde. Desta feita, transversalmente e interdisciplinarmente podemos construir um conceito de saúde que atravesse a realidade e o cotidiano de cada sujeito e de sua comunidade.

Para tanto, é necessário ter em conta o saber e a cultura que constitui essa população, e na integração de saberes e práticas, construir um ambiente saudável para essas comunidades, sem, no entanto, ferir suas formas próprias de tratar as questões de saúde. Nesse sentido, é preconizado que os profissionais de saúde estejam alinhados para uma atuação em um contexto intercultural. Buscamos, através de das diferentes disciplinas ofertadas, trabalhar essa perspectiva, onde a cultura local, articulada aos operadores e políticas nacionais de saúde, possa garantir tanto o direito a cultura própria como o acesso às políticas públicas extensivas a qualquer cidadão brasileiro.

Educação em Direitos Humanos

Segundo o Parecer CNE/CP008/2012, “A educação vem sendo entendida como uma das mediações fundamentais tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos, quanto para a compreensão de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social (...) As profundas contradições que marcam a sociedade brasileira indicam a existência de graves violações destes direitos em consequência da exclusão social, econômica, política e cultural que promovem a pobreza, as desigualdades, as discriminações, os autoritarismos, enfim, as múltiplas formas de violências contra a pessoa humana (...) Nesse contexto, a educação em Direitos Humanos emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades. Ela poderá influenciar na construção e na consolidação da democracia.

Podemos identificar estes princípios em diferentes campos do curso de Psicologia da UFF de Volta Redonda. Em primeiro lugar, destacamos a preocupação em realizar um diagnóstico da região do vale do Paraíba na medida em que a Universidade tem como principal compromisso produzir conhecimentos comprometidos com a realidade ao qual pertence. Nesse sentido, avaliou-se a necessidade de configurar o curso a partir de duas ênfases: a) **Psicologia e Processos de Gestão**; b) **Psicologia e Processos de Prevenção e Promoção da Saúde**. Essas duas ênfases reconhecem que na região existe uma rede de saúde pública de deve ser fortalecida partir de parcerias

que colaborem com a formação permanente, assim como a importância de que os alunos possam constituir uma formação orientada para o sentido e o valor do público. Também foi considerado a existência de um polo industrial significativo na região que demanda a necessidade de incluir de forma substancial os problemas relacionados à situação do trabalhador e do trabalho.

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharel em Psicologia da ECHSVR da UFF tem como objetivo fundamental, garantir ao profissional um domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida. Ao colocar os processos psicológicos e psicossociais, assim como a qualidade de vida como parâmetro para uma boa formação profissional, o curso de psicologia de Volta Redonda tenta contextualizar a formação a partir referências que promovam um compromisso com a responsabilidade social.

Também segundo o Parecer CNE/CP 008/2012, “A educação em Direitos Humanos tem por escopo principal uma formação ética, crítica e política. A primeira se refere à formação de atitudes orientadas por valores humanizadores (...) A formação crítica diz respeito ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos (...) A formação política deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos de direitos. Sob esta perspectiva promover-se-á o empoderamento de grupos e indivíduos (...) Uma formação ética, crítica e política é requisito básico para construção de uma sociedade que articule dialeticamente igualdade e diferença”.

Em sua Estrutura Curricular, o curso se fundamenta no desenvolvimento de implicações políticas do curso de psicologia e do compromisso com a realidade social, a partir de uma formação pluralista fundamentada na discussão epistemológica, ética, científica, crítica e investigativa. Busca, também, priorizar uma formação que seja, ao mesmo tempo: básica, pluralista, sólida, interdisciplinar, científica, crítica e reflexiva, bem como, que garanta a efetiva integração teoria-prática, o compromisso com o atendimento das demandas sociais, o compromisso ético e o rompimento com o modelo de atuação mercantilista.

Art. 6º A educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação. (Resolução CNE/CP nº1, de 30 de maio de 2012)

Na área de ensino podemos identificar alguns conteúdos referentes aos Direitos Humanos tanto nas disciplinas obrigatórias como nas optativas, assim como seminários e atividades interdisciplinares. Podemos destacar as disciplinas da área de psicologia, trabalho e saúde; da psicologia social e institucional; do estágio supervisionado e da promoção e prevenção de saúde; psicologia e educação. Nestas disciplinas os conteúdos trabalhados são: políticas públicas de saúde e o papel do psicólogo; inserção nas equipes de saúde da família; relações entre capital e trabalho; efeitos do trabalho e do não trabalho na saúde; divisão sexual do trabalho, planejamento social; reforma sanitária e reforma psiquiátrica, considerando o enfermo e o indivíduo com sofrimento mental como sujeitos de direitos; abordagem histórica da emergência da escola; funções da escola na sociedade capitalista; educação popular e movimentos sociais; violência e saúde; violência política e a institucionalização da violência em Estados autoritários; violência urbana e os atos de resistência; violência e movimentos sociais e o racismo. Nas disciplinas de base, como: antropologia, sociologia e filosofia, identificamos como conteúdos pertinentes à questão do patrimonialismo; da democracia racial; do clientelismo; da cidadania regulada; movimentos sociais e cidadania ativa; etnocentrismo; globalização. Nas atividades complementares como seminários e atividades interdisciplinares, destacamos: I Encontro Políticas da Memória: Narrativas do golpe e produções da verdade e a participação nas comemorações da Luta Antomaniacomial.

Nos projetos de Extensão destacamos como temas transversais a questão da violência, da exclusão dos usuários de drogas associado a situação de rua e o direito à cidade. A seguir listamos os projetos de extensão já realizados e que estão ainda em andamento: o trabalho do professor Antonio Augusto Pinto Junior, denominado: “Prevenção da violência Doméstica contra crianças e adolescentes na Atenção Básica de Saúde de Volta Redonda/RJ” (2012-2013); “Capacitação de professores da rede de

educação básica de Volta redonda/RJ para a identificação e prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes” (abril-dezembro 2014); o trabalho da professora Cláudia Henschel de Lima, denominado: “Determinantes causais do uso de crack em população infanto-juvenil em situação de rua no Brasil e Política Pública para Alcool e Drogas” (em andamento); o trabalho da professora Priscila Pires Alves sobre violência na escola e a questão do bullying, denominado: “Do EU para o Tu: uma proposta de reflexão sobre a construção de relações éticas e da alteridade em escolas da educação infantil e do ensino fundamental” (em andamento); o trabalho da professora Nancy LamenzaSholl da Silva e Ana Cabral Rodrigues, denominado: “Entre Atos, memórias e esquinas: oficinas de experimentação artísticas”, que tem como foco a arte, subjetividade e cidade, privilegiando intervenções espaciais e urbanas fazendo interface com direito à cidade” (em andamento).

Nos projetos de Pesquisa identificamos como temas transversais relacionados à educação em Direitos Humanos a questão das condições de trabalho dos trabalhadores em saúde mental, a questão da exclusão a partir do autismo e a questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Destacamos os trabalhos da professora Priscila Pires Alves sobre o autismo nas escolas, denominado: “Levantamento epidemiológico da incidência dos transtornos do espectro do autismo na região Sul-Fluminense” (2012-2015); o trabalho da professora Tatiana Ramminger sobre a história das políticas públicas e a história social do trabalho em saúde mental no município de Volta Redonda” (2013-2014); os trabalhos do professor Antônio Augusto Pinto Junior sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes, denominados: “Perfil epidemiológico da violência doméstica contra criança e adolescentes no município de Volta Redonda/RJ (2012-2014) e Tradução e validação da escala de exposição de crianças e adolescentes à violência doméstica (Children`seposuretodomesticviolencescale)” (2014-2016).

As informações expostas acima demonstram que o nosso curso está alinhado às Diretrizes Nacionais para a educação em Direitos Humanos conforme determina a Resolução CNE/CP nº1, de 30 de maio de 2012 e o Parecer CNE/CP 008/2012.

